

## AS PROPRIEDADES DO CAMPO DE LIVROS DIDÁTICOS PLIDEF/INL (1971-1976)

MÔNICA MACIEL VAHL<sup>1</sup>; ELIANE PERES<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista CNPq – [monicamvahl@gmail.com](mailto:monicamvahl@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – [eteperes@gmail.com](mailto:eteperes@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir as propriedades do campo de livros didáticos do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL), que vigorou entre 1971 e 1976. Tratava-se de um Programa que previa um sistema de coedição entre o setor público e o setor privado. O referencial teórico da pesquisa centra-se principalmente em Bourdieu (1989, 1996, 1996a, 2003). Convém salientar que o estudo aqui apresentado é parte de uma pesquisa mais ampla acerca da história e das políticas do livro didático no Brasil desenvolvida no Grupo de Pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da FaE/UFPEL.

### 2. METODOLOGIA

A noção de campo pode ser entendida “ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1994, p. 44). Assim, essa noção foi utilizada como norteadora das opções práticas da pesquisa, funcionando como “um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27).

No que diz respeito a coleta de dados, inicialmente foi realizado um levantamento da legislação acerca do INL e da política de livros didáticos entre as décadas de 1960 e 1970. Após o mapeamento da legislação, a busca de novos dados centrou-se na documentação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do INL e da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE).

Na busca de estabelecer uma base de comparação para as informações destas publicações foram consultados os Anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As fontes oficiais oferecem uma série de possibilidades para a compreensão da estrutura e do funcionamento do PLIDEF/INL. No entanto, esse conjunto documental encontra-se intrinsecamente ligado aos interesses de regime político autoritário e repressor uma vez que representa a visão governamental sobre a sociedade e a educação.

Em uma perspectiva de ampliar o *corpus documental* que incluísse documentação por parte das editoras e permitisse uma visão extraoficial do programa foram realizados contatos por e-mail e por telefone com a Editora do Brasil, com o Grupo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), responsável pela Editora IBEP e pela Editora Companhia Nacional, e com a Editora Edipro, atual casa editorial da coleção Caminho Suave. No entanto, nenhum dos contatos resultou em resposta positiva da editora quanto ao acesso de informações

referentes ao PLIDEF/INL. Assim sendo, foram utilizados como alternativa memórias de editores (BERTASO, 1993) e publicações das editoras ou sobre as editoras (PAIXÃO, 1998; HALLEWELL, 1985).

Também foram feitas tentativas de localizar vestígios do programa na 5ª Coordenadoria Regional de Educação – CRE da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, responsável por parte da região sul do Estado, na Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pedro Osório, no Instituto de Estadual de Educação Assis Brasil e no Colégio Municipal Pelotense.

Com exceção do Colégio Municipal Pelotense, não foram encontradas informações sobre o período estudado. No entanto, é interessante salientar que no Instituto de Estadual de Educação Assis Brasil a sala em que fica armazenado o estoque de livros do PNLD é nomeada ainda hoje de Banco do Livro, talvez ainda em referência ao PLIDEF/INL, mesmo que uma referência esquecida na memória da instituição.

Por fim, foram observados materiais em geral e livros didáticos subsidiados pelo PLIDEF/INL pertencentes ao acervo do Grupo de Pesquisa HISALES, tais como: *Garotos Tevê*: livro de alfabetização de Dorothy Fossati Moniz e Vanda Spieker Cafruni; *A Travessura do Palhacinho*: reforço e suplemento da alfabetização de Thereza Neves da Fonseca e Icles Marques Magalhães; e *Meninos Travessos* de Maria Yvone Atalécio de Araújo.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de diferenciação do campo de livros didáticos subsidiado pelo Estado brasileiro de outros campos como, por exemplo, o campo do poder político, o campo literário e o campo escolar iniciou-se com a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) em 1966 e se consolidou ao longo de quatro décadas, intensificando o seu grau de autonomia especialmente a partir de 1993 com a publicação da resolução nº 06 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que estabeleceu um fluxo de verbas regular para o PNLD. Desta forma, este estudo permite compreender um momento específico do campo em que a produção dos livros didáticos esteve sob a direção do INL (1971-1976). A figura abaixo apresenta as propriedades do campo de livros didáticos PLIDEF/INL:

FIGURA 1. AS PROPRIEDADES DO CAMPO DE LIVROS DIDÁTICOS PLIDEF/INL



Fonte: Elaborada pela autora.

O regime civil-militar estabeleceu uma legislação focada na parceria entre os setores público e privado. Ao longo dos seis anos de funcionamento o PLIDEF/INL colaborou para a produção uma tiragem total de 51.997.958 livros didáticos (MEC/FAE, 1985). O FNDE e as unidades federadas despenderam em conjunto um montante de 320.887.000 cruzeiros para a edição destas obras, o que representaria no período um valor superior a 41 mil vezes do salário mínimo (MEC/FAE, 1985)<sup>1</sup>.

Apesar disso, a média da produção de livros didáticos subsidiada pelo Estado no período analisado foi inferior à metade da população escolar, cerca de 46,09%. Esse dado ainda precisa ser relativizado tendo em consideração que nem todos os exemplares eram destinados para a distribuição gratuita e que nem toda a tiragem do INL alcançava de forma eficaz os seus destinatários. Essa afirmativa foi feita baseada na comparação entre os dados presentes na publicação dos Programas de Assistência ao Educando: Séries Históricas 1970-84 e do Anuário Estatístico do IBGE do ano de 1980.

No que diz respeito a participação do setor privado, observou-se a inclusão de trinta e quatro editoras privadas no Programa (MEC/INL, 1973; 1974; 1976). Este dado indica o interesse comercial no fechamento de contratos com o Estado, o que permitiria a garantia de compra de parcela significativa da tiragem total dos livros didáticos. Entre as editoras que integraram o PLIDEF/INL destacam-se a Editora do Brasil, a Editora Ao Livro Técnico, a Editora IBEP, a Editora Abril, a Editora Tabajara e a Companhia Editora Nacional, que reunidas totalizam um valor superior a 50% do número de títulos coeditados.

#### 4. CONCLUSÕES

O campo de livros didáticos PLIDEF/INL permite identificar a articulação entre diferentes linhas de forças. Pode-se observar, por exemplo, no campo do poder político os efeitos da Doutrina de Segurança Nacional e da restrição da liberdade que os anos mais duros da ditadura causaram. Ainda é preciso considerar a influência do Milagre Econômico seguido pelas ondas inflacionárias e a crise do petróleo que marcaram o preço dos transportes e afetaram diretamente o valor dos estoques de papel.

Em relação ao campo literário vale ressaltar o esforço feito pelas editoras nas décadas de 1950 e 1960 em modernizar o parque gráfico, em certa medida financiado pelo setor público, o que permitiu o aumento da capacidade produtiva. Contudo, essa capacidade não obteve correspondência por parte do mercado consumidor. Este fator colaborou para o aprofundamento dos laços históricos de dependência do setor com o Estado, laços que se mantêm até hoje.

No que concerne ao campo escolar o aumento do número de vagas e a formação apressada de novos professores estabeleceu o livro didático como agenda política urgente. Por outro lado, a mudança para o Ensino de 1º Grau e a transformação do currículo configurou como ultrapassado uma série de livros didáticos, o que redefiniu estratégias dos agentes e instituições envolvidos no campo do PLIDEF/INL.

---

<sup>1</sup> Foi utilizado como base para o cálculo o valor do salário mínimo dos meses de maio a dezembro de 1976, o maior do período. Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>>, acesso em 02 de agosto de 2013.

O PLIDEF/INL procurava diminuir os preços dos livros nas livrarias e distribuir exemplares gratuitos para os alunos considerados carentes. A centralidade do Programa nas quatro primeiras séries, de forma geral, e em livros da área de Linguagem, como cartilhas, pré-livros e livros de leitura, em especial, evidencia uma concepção de educação ligada ao ler, escrever e contar. Além disso, o não investimento nas séries finais demonstra, em certa medida, aceitação por parte do Estado da assoladora perspectiva de evasão escolar.

De acordo com Bourdieu (p. 49) “no princípio de todos os campos sociais, trata-se do campo literário ou do campo do poder, há a *illusio*, o investimento no jogo”. Aqui a *illusio* convence os agentes e as instituições da imprescindibilidade do livro didático e exige o investimento de volumosas somas de dinheiro público, gastos estes que ultrapassam mais de quarenta milhões de vezes o salário mínimo da época, e que no entanto garantiram o acesso ao livro a menos da metade da população escolar do Ensino de 1º Grau.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria Yvonne Atalécio de. **Meninos Travessos**: terceiro livro de leitura. Belo Horizonte: Vigília/Brasília: INL, 1974. Acervo Grupo de Pesquisa HISALES/FaE/UFPEL.
- BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- FONSECA, Thereza Neves & MAGALHÃES, Icles Marques. **A Travessura do Palhacinho**: reforço e suplemento da alfabetização. Livro do Professor. Rio de Janeiro: Série Cadernos Didáticos/Brasília: INL, 1975. Acervo Grupo de Pesquisa HISALES/FaE/UFPEL.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 1985.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil - 1980**. Rio de Janeiro, v. 41, 1980. Acervo Agência do IBGE – Pelotas.
- MEC/FAE. **Programas de Assistência ao Educando**: Séries Históricas – 1970-84. Brasília, 1985.
- MEC/INL. **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília, 1973.
- MEC/INL. **Catálogo do Instituto Nacional do Livro (1974-1975)**. Brasília, 1976.
- MEC/INL. **Catálogo das coedições do Instituto Nacional do Livro (1971-1974)**. Brasília, 1974.
- MONIZ, Dorothy Fossati & CAFRUNI, Vanda Spieker. **Garotos Tevê**: livro de alfabetização. São Paulo: Tabajara/Brasília: INL, 1972. Acervo Grupo de Pesquisa HISALES/FaE/UFPEL.
- PAIXÃO, Fernando (org.). **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.